

APRENDENDO COM O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEARNING FROM THE CHILD AND ADOLESCENT STATUS

Graciele Marques dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0003-3999-7533>

Geovana Portela de Moura²

<https://orcid.org/0000-0002-1539-8512>

Resumo

No cenário atual nota-se direitos sendo desrespeitados e a naturalização de ofensas e atitudes nocivas ao convívio coletivo, ao mesmo tempo, percebe-se pessoas deixando de realizar seus deveres. Em razão disso, optou-se por discutir direitos e deveres com os alunos da Sala de Recursos Multifuncionais da *Escola Estadual Paulo Freire* a partir do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). O objetivo da proposta foi apresentar aos alunos vários de seus direitos estabelecidos no ECA, levá-los a refletir sobre quais são seus deveres e, através desse processo, trabalhar habilidades e competências propostas para seu nível de ensino. Utilizou-se como metodologia a leitura, reflexão e resoluções de questões sobre direitos das crianças e dos adolescentes e a confecção de “miniquadros” retratando através da pintura os direitos presentes no ECA. Entre os resultados obteve-se participação ativa dos alunos, o desenvolvimento da capacidade de realizar pesquisas e socializar informações em pequenos debates, a capacidade de trabalhar em grupo e a sensibilidade para a arte. Por fim, notou-se que os alunos gostam de discutir as políticas que lhes dizem respeito e que realizar projetos dessa natureza com maior frequência nas escolas certamente pode contribuir para um mundo melhor.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente, Sala de Recursos, Aprendizado.

Abstract

In the current scenario, rights are being disrespected and the naturalization of offenses and harmful attitudes to social life. At the same time, people are perceived as failing to perform their duties. As a result, it was decided to discuss rights and duties with students in the Sala de Recursos Multifuncionais of Paulo Freire State School [a teaching room with technological and pedagogical equipment to provide specialized teaching to children with special educational needs] from the Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA [a law which provides for the full

¹ Autora: Mestra em Educação pela Unemat, é professora efetiva da escola Paulo Freire e professora interina da Unemat de Sinop.

² Coautora: Mestra em Estudos Linguísticos pela UFMT, é professora formadora do Centro de Formação e atualização profissional de Sinop (Cefapro).

protection of children and adolescents]. The purpose of the proposal was to present students with several of their rights established in the ECA, to lead them to reflect on what their duties are, and through this process to work skills and competencies proposed for their level of education. The methodology used was reading, reflection, and resolutions on questions about the rights of children and adolescents and the making of “mini-frames” portraying through painting the rights present at ECA. Among the results were active participation of students, the development of the ability to conduct research and socialize information in small debates, the ability to work in groups, and sensitivity to art. Finally, it was noted that students like to discuss policies that concern them and that carrying out projects of this nature more often in schools can certainly contribute to a better world.

Keywords: Brazilian Child and Adolescent Statute, Resource Room, Learning.

Introdução

O presente relato objetiva apresentar a experiência de uma das intervenções pedagógicas realizadas na *Escola Estadual Paulo Freire*, localizada no município de Sinop, à 500 km da capital do estado. Esse município possui 20 escolas estaduais e apesar desse quantitativo e das diversidades de atendimento dessas instituições - relacionadas a localização, estrutura, público atendido, quadro de profissionais - percebe-se nos momentos de socialização promovidos pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Sinop (Cefapro) que algumas demandas formativas e problemas enfrentados são recorrentes nas escolas. Nesse sentido, é importante que cada instituição possa pensar em estratégias próprias para o enfrentamento de suas demandas.

No decorrer dos dois primeiros bimestres letivos da escola *Paulo Freire*, notou-se, de uma maneira geral, mais especificamente na “Sala de Recursos Multifuncionais”, que os alunos além de não conhecerem ou mesmo não respeitarem limites relativos aos seus deveres, não conheciam de forma mais aprofundada seus direitos. A partir dessa constatação, elaborou-se um projeto de intervenção para amenizar as consequências dessa realidade ao mesmo tempo em que se trabalhava os conteúdos curriculares e específicos da Sala de Recursos.

Para tanto, adotou-se o tema *Aprendendo com o Estatuto da Criança e do Adolescente* com o objetivo de apresentar aos alunos seus direitos e, paralelamente, seus deveres, valendo-se de estratégias que pudessem levá-los à reflexão sobre o tema, ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao

desenvolvimento de habilidades práticas, sociais e conceituais enquanto construíam esses aprendizados.

Enquanto metodologia de ação cotidiana realizou-se algumas estratégias da “pesquisa ação”, “aulas expositivas”, “leituras compartilhadas e individuais”, “produção de textos” extensos ou pequenos a depender do nível de aprendizado de cada um, considerando que a *Sala de Recursos Multifuncionais* atende alunos em níveis variados de desenvolvimento, além da construção de “miniquadros” feitos pelos alunos para expressar os direitos das crianças e adolescentes aprendidos ao longo do projeto de intervenção.

A intervenção foi realizada na própria escola valendo-se de seus vários espaços tendo como participantes diretos os alunos da *Sala de Recursos Multifuncionais* e indiretos os alunos da escola de uma maneira geral, uma vez que eles tiveram acesso às produções advindas dos integrantes do projeto. O contexto da realização da intervenção aumenta a relevância dessa, pois se trata de uma escola que atende, em grande parte, alunos de periferia que por vezes têm dificuldade de acesso a informações decorrentes de políticas públicas.

Ao final da realização do projeto, entre as conclusões sobre a realização dele, percebeu-se maior capacidade dos alunos em expressar aprendizados construídos em sala, interesse em discutir direitos e deveres, elevação da autoestima dos alunos e maiores condições de relacionar conteúdos relativos ao seu cotidiano às vivencias e aprendizados escolares.

Desenvolvimento

O início do processo de Formação da/na Escola no ano de 2019 trouxe muitas dúvidas e com elas muitas inseguranças, o que pode ser compreensível diante do “novo”, especialmente se for levado em consideração a quantidade de tarefas que os professores têm para realizar no início do ano letivo como revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP); planejamento anual; planejamento de aulas; elaboração de instrumentos de avaliação diagnóstica para os alunos; coleta e interpretação do diagnóstico; planejamento de intervenção, entre outros.

Nesse sentido, um dos maiores desafios quando se apresenta a proposta de se fazer uma *Intervenção Pedagógica* (ou de várias) aos educadores é levar a compreensão de que esse projeto deve ser elaborado de forma a contribuir e facilitar a prática pedagógica e não como um peso ou como algo que lhes tirará tempo que poderia ser dedicado a outra atividade.

Segundo o *Documento de Referência Curricular* para o ensino fundamental do estado de Mato Grosso, uma *Intervenção Pedagógica* “é uma interferência intencional e responsável feita pelo docente no processo educativo em situação de superação ou potencialização, em que estão implicados o ensino, a aprendizagem e a gestão delas” (DRC, 2018, p. 28). Dessa forma, a intervenção tem por objetivo assegurar a todos os estudantes o direito ao aprendizado; uma vez que trabalhará a partir de temas da realidade dos alunos, que podem ser atrativos, no qual o professor utilizará recursos e metodologias diferentes dos habituais, conseguindo, portanto, mais participação e empenho dos discentes.

Nesse sentido, para Hoffman *et all* (2004), o docente precisa de instrumentos que lhe dê informações de como os seus estudantes aprendem e de que forma aprendem; para tanto, faz-se necessário de uma avaliação diagnóstica e de um planejamento no qual ele projetará suas intenções a serem obtidas ao final da ação.

Saviani, sobre isso, assevera que:

[...] para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte) (2015, p. 286).

Sendo assim, ao pensar em determinada temática e ao planejar o aprendizado de determinados conteúdos pelos alunos, o professor antecipa em ideias aqueles que são seus objetivos e, através disso, pensa estratégias metodológicas que melhor atendam às necessidades presentes em seu contexto e as subjetividades de seus alunos.

Parcerias que fortalecem

Em um contexto de tantas dúvidas, é importante que os professores tenham o apoio constante de seus formadores, sentindo-se assim apoiados ao realizar tanto o

planejamento das ações quanto todo caminho metodológico que os conduzirão à intervenção.

Em todas as etapas, desde o início do ano letivo até a realização do *Seminário de Formação Continuada* (SEFOR), a escola *Paulo Freire*, campo de atuação da intervenção relatada neste trabalho, pôde contar com o apoio do *Cefapro* de Sinop.

Dos encontros mediados por esse centro, através de suas formadoras, resultaram diálogos e reflexões acerca do referencial teórico que melhor atenderia as propostas, as metodologias que poderiam possibilitar a realização produtiva dos *Projetos de Intervenção Pedagógica* e as diretrizes para a confecção dos relatórios, bem como os *slides* e *banners* para apresentação dos resultados dos projetos no SEFOR.

A escolha do tema

O tema surgiu de uma aula que, a princípio, tinha por objetivo, a partir da leitura coletiva, trabalhar a interpretação do texto pela oralidade. O texto dessa atividade tinha por tema os direitos dos cidadãos brasileiros, nesse momento ficou evidente que esse assunto despertava curiosidade dos alunos, uma vez que alguns não sabiam da existência de direitos básicos ao passo que outros, com seus poucos conhecimentos oriundos de noticiários ou conversas familiares a respeito da temática, tentavam explicar o significado para seus colegas.

A partir da experiência relatada, foi explanado aos alunos como era importante conhecer os direitos e ficou evidente, nesse momento, que eles apresentavam algumas dúvidas sobre o tema da leitura. Constatado isso, na sequência foi questionado se eles gostariam de desenvolver atividades que os levassem a compreender melhor seus direitos enquanto cidadão. As respostas foram unâimes, todos queriam obter mais conhecimento.

A partir disso, foi pensado em estratégias para se trabalhar também os deveres desses alunos, principalmente no que se referia a atuação deles na escola; uma vez que a indisciplina é problema presente na educação básica e frequentemente está associada ao não cumprimento de alguns deveres, embora seja reconhecido que são vários os

fatores que influenciam para esse fenômeno tão comum nas escolas e em aglomerados de crianças de uma forma geral.

Desenvolvimento do Projeto de Intervenção

No decorrer do ano letivo, vários referenciais foram apresentados para serem utilizados como base teórica dos projetos de intervenção, contudo foi dada a liberdade de os professores recorrerem a outros referenciais para complementar seus estudos, caso julgassem necessário.

Entre as referências mais pertinentes para o projeto *Conhecendo o Estatuto da Criança e do Adolescente* utilizou-se as diretrizes/contribuições presentes na produção do autor Thiollent (2005), na qual são apresentados vários momentos ou etapas importantes na realização de uma pesquisa-ação, estratégia metodológica utilizada neste projeto.

Para esse autor a pesquisa ação:

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

Entre as etapas apresentadas na produção de Thiollent (2005), a primeira consistiu na “fase exploratória”, nela ocorreu a identificação inicial do problema ou situação problemática, o interesse dos alunos na participação de um projeto com a temática que surgiu, a explicação sobre os objetivos da intervenção, sobre a forma de avaliação e de registros (caderno de campo e atribuição de conceitos) que seriam feitos durante o processo.

Na sequência veio a delimitação do “tema da pesquisa”, nesse momento foi escolhido e delimitado o tema central da pesquisa, conforme relatado anteriormente, contudo foi deixado claro, aos participantes, que esse não seria um tema engessado e que sofreria alterações caso fosse necessário, o que logo na sequência permitiu também a inclusão da discussão sobre deveres.

Posteriormente, ocorreu a fase denominada “colocação de problemas” que segundo o autor,

[...] trata-se de, a partir do tema, levantar ou colocar os problemas que se pretende resolver ou intervir. No caso da pesquisa-ação e do “projeto-intervenção”, os problemas devem ser de ordem prática, posto que se pretende alcançar alguma mudança ou transformação em uma determinada situação (THIOLLENT, 2005, p. 20).

Nessa fase, objetivou-se relacionar as consequências da ausência dos conhecimentos sobre direitos pelos alunos às vivências do seu cotidiano, transformando, assim, o tema em problemática deixando evidente de que forma seria possível intervir para promover a construção de conhecimentos sobre esses direitos e como isso poderia melhorar as relações dos alunos bem como suas vivências cotidianas.

Na fase de “aprendizagem” há, segundo Thiolent (2005), uma capacidade de compreensão agregada à pesquisa, por essa razão valeu-se da pesquisa-ação nesse projeto, cujo principal objetivo é, efetivamente, o aprendizado dos alunos.

Outra fase considerada foi o “plano de ação” que, para esse autor, é necessário detalhar a forma como a pesquisa e a intervenção serão desenvolvidas, nele é preciso elencar quem são os autores, quais os objetivos, como continuar a ação apesar das dificuldades, entre outros fatores fundamentais.

Por fim, uma fase de grande importância para os alunos participantes do *Projeto de Intervenção*, a “divulgação externa”. Nela, os envolvidos têm a oportunidade, desde que seja consenso, de expor o que produziram, no caso desse projeto são produções relativamente simples, mas que para os protagonistas da ação (os alunos) têm grande importância.

Resultados e discussões

Na fase da divulgação externa da intervenção, os alunos expuseram seus “miniquadros”, suas “obras de arte” sobre direitos das crianças e do adolescente nos murais e paredes da escola com a autorização da coordenação pedagógica.

Essa ação gerou neles uma melhora em sua autoestima, pois, por serem matriculados na sala de recursos, geralmente, eles se sentiam desconfortáveis, pois

atribuíam a isso um motivo de vergonha. Nessa ocasião, depois de todo o (longo) trabalho realizado e das vezes que lhes fora explicado sobre a falta de compreensão das pessoas e deles mesmos sobre a especificidade e importância da sala de recursos, os alunos fizeram questão de assinar os trabalhos e de identificar que pertenciam a *Sala de Recursos*. Inclusive, incorporaram o discurso de que se tratava de uma sala onde se desenvolve projetos que ajudam a melhorar a aprendizagem e a autonomia dos alunos.

Sobre as atividades desenvolvidas, foram diversas, contando com leitura individual e coletiva de textos; dinâmica que apresentava desde textos pequenos e histórias em quadrinhos até textos mais complexos; produção de textos pequenos e grandes, dependendo da idade e nível de desenvolvimento de cada um, uma vez que existem alunos de várias idades matriculados nesse ambiente; interpretação oral e escrita de textos; caça palavras; e, por fim, a confecção de “miniquadros” na qual os alunos expressavam, através da linguagem artística, um entre tantos direitos aprendidos durante o projeto. Cada aluno escolheu um direito, contemplando, assim, vários daqueles que estão contidos no *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

Considerações Finais

A realização do Projeto de Intervenção Pedagógica foi expressivamente mais simples do que parecia quando da apresentação da proposta. Obviamente, ele requer responsabilidade e dedicação, mas são esforços somados ao planejamento que já realizamos cotidianamente. O resultado positivo está intimamente ligado ao apoio e parceria das formadoras do *Cefapro* e da equipe escolar.

Para os alunos, o resultado foi excelente, o aprendizado, acerca de habilidades e competências que precisavam desenvolver segundo o currículo, decorreu acrescido de maior autoestima, interesse pela pesquisa, uma vez que realizaram sobre direitos das crianças e dos adolescentes, interesse por conhecer direitos e deveres e maior autonomia em atividades de estudos. Além dos resultados entre os alunos que participaram diretamente do projeto, os trabalhos tiveram alcance maior na medida em que muitos alunos da escola tiveram acesso às produções nos murais e isso pode tê-los

levado a reflexão sobre a temática e, ainda, sobre a capacidade de produção dos alunos da *Sala de Recursos Multifuncionais*.

Esse processo produziu resultados perceptíveis nas relações entre os alunos e na relação deles com professores. Foi possível notar maior cuidado com o patrimônio público, ou seja, com a escola, uma vez que ela é um direito deles e há também por parte deles o dever de preservá-la para que ela cumpra seu papel com alunos que se utilizarão daquele espaço, da mobília e dos materiais pedagógicos.

Notou-se a importância de realizar, ao longo de todo o processo, desde o planejamento, registros em um “caderno de campo”. Eles são importantes para que o educador perceba como estão caminhando as ações e note com maior facilidade se é necessário tomar um novo rumo quando, porventura, o projeto não fluir bem. Além disso, projetos de intervenção não podem ser feitos ao acaso, faz-se necessário diagnóstico, planejamento, registros e avaliações formativas e processuais.

A proposta é que no próximo ano ocorra a ampliação desse trabalho levando os alunos a fazerem exposições orais (quando se sentirem seguros) para os seus colegas da escola. Isso ampliará o alcance do tema e potencializará a capacidade de expressão e o desenvolvimento da autoestima dos alunos da Sala de Recursos.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, 2011.

SILVA, Jasen Felipe de; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa. (Orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas:** em diferentes áreas do conhecimento. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MATO GROSSO, Secretaria Estadual de Educação. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso:** caderno de concepções. Cuiabá: Seduc, 2018.

Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola. **Gestão Escolar.** Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2016/projeto_intervencao_pedagogica_escola.pdf. Acesso em 26 jan. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação** (14^aed.) São Paulo: Editora Cortez, 2005.

Submetido em: 07/12/2020

Aprovado em: 11/12/2020